



Disponível em  
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 4,  
pp. 458-477, Mai./Jun., 2010



## O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil

The field of Studies of Inter-organizational Cooperation Networks in Brazil

**Alsones Balestrin \***

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Sciences de L'information et de La Communication pela Universidade de Poitiers/França.  
Professor titular da UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil.

**Jorge Renato Verschoore**

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Professor da UNISINOS, São Leopoldo, RS, Brasil.

**Edgar Reyes Junior**

Doutorando em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

\* Endereço: Alsones Balestrin

Av. Unisinos, 950, Bairro Unisinos, São Leopoldo/RS, Brasil, 93022-000. E-mail – [abalestrin@unisinos.br](mailto:abalestrin@unisinos.br)

---

Copyright © 2010 RAC. Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte.

---

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer maiores evidências às características do campo de estudos sobre redes de cooperação interorganizacionais no Brasil. A pesquisa de campo foi conduzida por meio de uma análise bibliométrica em 116 artigos publicados nos principais veículos de difusão científica na área de estudos organizacionais, entre os anos 2000 e 2006. Os procedimentos metodológicos utilizados seguiram as orientações do trabalho de Oliver e Ebers (1998). Entre os principais resultados, destaca-se o seguinte quinteto. (1) Quatro teorias: estratégia, dependência de recursos, redes sociais e institucional, que consolidam a base conceitual predominante na orientação dos estudos. (2) As pesquisas foram conduzidas, em sua grande maioria, por abordagens qualitativas e transversais. (3) As redes horizontais (simétricas), os antecedentes de necessidade de recursos materiais e imateriais, bem como os resultados de aprendizagem e de inovação apresentaram maior interesse nos estudos brasileiros. (4) As teorias de estratégia, dependência de recursos, custos de transação, redes sociais e institucional possuem a maior centralidade geodésica relativamente às demais. (5) A teoria de redes sociais demonstrou forte centralidade de intermediação entre as teorias consideradas neste estudo.

**Palavras-chave:** redes; cooperação; interorganizacional; Brasil.

## ABSTRACT

The aim of this article is to provide more evidence on the characteristics of the field of studies of inter-organizational cooperation networks in the Brazilian context. The field research was carried out through a bibliometric study of 116 academic articles published in the major scientific journals in the field of organizational studies between 2000 and 2006. The methodological procedures followed the guidelines of the study of Oliver and Ebers (1998). The main results obtained from the bibliometric study were: (1) four theories - strategy, resource dependence, network and institutional - consolidate a predominant conceptual base in the orientation of the studies; (2) the research was mainly carried out by qualitative and cross sectional methods; (3) horizontal networks, material and immaterial antecedent resources, as well as the learning and innovation outcomes, were the main focus of the studies in the Brazilian context; (4) the theories of strategy, resource dependence, transaction, social network and institutional costs are considerably over-represented with regard to their Bonacich centrality; (5) the network theory had a strong level of betweenness centrality among the many theories considered in this study.

**Key words:** cooperation; networks; inter-organizational; Brazil.

## INTRODUÇÃO

O mundo ainda não vive o apogeu da sociedade em rede, descrita por Castells (1999); mas alguns fatos recentes demonstram sua ascensão. Em nenhum outro momento a cooperação e as redes receberam tanto interesse quanto atualmente. Livros de grande vendagem, que tratam das transformações econômicas e do mundo dos negócios, são enfáticos em destacar a capacidade de colaboração e da estruturação em rede como condições fundamentais para o êxito organizacional (Anderson, 2006; Benkler, 2007; Friedman, 2005; Gladwell, 2002; Prahalad & Ramaswamy, 2004; Surowiecki, 2006; Tapscott & Williams, 2007). A revista Forbes reconheceu, no final de 2007, a importância das redes na economia contemporânea, publicando uma edição especial para aprofundar o tema (Post, 2007), enquanto o Fórum Econômico Mundial definiu **o poder da inovação colaborativa** como tema central do encontro de 2008. Tais fatos evidenciam que a colaboração em rede, aos poucos, se insere nas principais correntes do campo econômico-organizacional.

Paralelamente, no contexto acadêmico de estudos organizacionais, observa-se que o tema relativo às redes de cooperação entre organizações tem evoluído constantemente desde a década de 1990. Alguns dos mais importantes periódicos científicos internacionais já realizaram edições especiais dedicadas às redes, como é o caso da revista *Organization Studies* (1998) e do *Academy of Management Journal* (2004). Mais recentemente, em 2007, a revista *International Management* abriu uma chamada de artigos para uma edição especial sobre redes com ênfase na internacionalização (*Business networks: an international management perspective*).

Da mesma forma, eventos científicos internacionais despertam a atenção pela relevância concedida ao tema das redes no contexto organizacional, como é o caso da *Association Internationale de Management Stratégique [AIMS]*, que é um dos principais eventos sobre estratégia no campo francófono e que teve como tema central as relações interorganizacionais (*Relations Interorganisationnelles*) em sua 15ª edição, ocorrida em Genebra, no ano de 2006. Outro exemplo é a chamada de artigos para o congresso da *Academy of International Business [AIB]*, que ocorreu em 2008, na cidade de Milão, apresentando como tema geral o desenvolvimento de conhecimento nas redes de negócios internacionais (*Knowledge development and exchange in international business networks*). Destaca-se também um dos principais eventos europeus sobre estudos organizacionais, promovido pelo *European Group for Organizational Studies [EGOS]*, que em mais de uma década apresenta uma subárea dedicada às pesquisas das redes organizacionais (*Organizational network research*). Por fim, ressalta-se um evento específico sobre redes de cooperação interorganizacional, denominado *Multi-Organizational Partnerships, Alliances and Networks [MOPAN]*, cuja 15ª edição ocorreu em 2008 em Boston; portanto, no contexto internacional, há inequívoco interesse sobre as redes de cooperação interorganizacional.

Na esfera acadêmica brasileira, ocorre fenômeno semelhante, embora os estudos sobre redes de cooperação interorganizacional sejam mais recentes. Somente nos últimos anos é que se tem observado um aumento na quantidade e na qualidade das pesquisas e das publicações que enfocam o tema. Contudo esse rápido crescimento já foi capaz de estabelecer um campo estruturado de estudos no Brasil. Destacam-se, entre outros, os três eventos científicos realizados em 2006, que tiveram o tema redes de cooperação interorganizacional em seu eixo de centralidade. O primeiro foi o XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, realizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração [ANPAD], cujo tema foi 'Inovação em redes e redes de inovação'. O segundo foi o XVI Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores [ANPROTEC], cujo tema foi 'Redes institucionais promovendo o empreendedorismo inovador'. O terceiro foi o II Cooperação Brasil, realizado em Porto Alegre, que contou com mais de mil participantes e teve a apresentação de palestras, artigos e casos nacionais e internacionais sobre as redes de cooperação. Em 2008, o Encontro de Estudos Organizacionais [EnEO], promovido pela ANPAD, definiu as 'Redes e relacionamentos intra e interorganizacionais' como um de seus temas de interesse. Além dos eventos, as principais revistas científicas brasileiras no campo dos estudos

organizacionais também têm publicado algumas dezenas de artigos sobre o assunto, como foi o caso da edição especial da Revista de Administração de Empresas [RAE-FGV] (Bertero, 2006), com o tema ‘Redes sociais e interorganizacionais’.

Nesse contexto, a problemática que se coloca aos pesquisadores e interessados no assunto é compreender a dimensão e as características do campo de estudos sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. Entre tantas questões relevantes que surgem, algumas podem ser destacadas. Quais são as instituições de pesquisas mais envolvidas com o tema? O campo de estudos é diversificado ou não? Existem perspectivas teóricas dominantes? Quais metodologias costumam ser adotadas? Em face dessas questões, o presente trabalho tem como objetivo trazer maiores evidências do campo de estudos sobre redes de cooperação no Brasil.

Para alcançar tais resultados, o artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, são aprofundados os aspectos conceituais sobre redes de cooperação interorganizacional, em direção às principais abordagens epistemológicas e metodológicas utilizadas nas pesquisas; na sequência, apresenta-se uma síntese da metodologia utilizada, com vistas a seguir os procedimentos e os instrumentos utilizados por Amália Oliver e Mark Ebers (1998), em um artigo seminal no campo de estudos sobre redes de cooperação no cenário internacional; a seguir, analisam-se os resultados e, no final, destacam-se algumas considerações sobre as implicações e as limitações do estudo.

## O CAMPO DE ESTUDO SOBRE REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES

A cooperação entre organizações com o objetivo de obter soluções coletivas tem recebido crescente atenção nos estudos e práticas organizacionais nas últimas três décadas (Nohria & Eccles, 1992). O propósito central das redes de cooperação no campo organizacional é reunir atributos que permitam uma adequação ao ambiente competitivo em uma estrutura dinâmica, sustentada por ações uniformizadas, porém descentralizadas, que possibilite ganhos de escala da união, mas que evite que as empresas envolvidas percam a flexibilidade do porte enxuto (Thompson, 2003). De acordo com Miles e Snow (1986), as redes despontaram a partir dos anos 1980, principalmente para que as empresas conseguissem lidar com o amplo conjunto de exigências competitivas que a virada de século apontava.

As redes de cooperação têm a capacidade de facilitar a realização de ações conjuntas e a transação de recursos para alcançar objetivos organizacionais. Podem ser definidas como o conjunto de transações repetidas e sustentadas por configurações relacionais e estruturais dotadas de fronteiras dinâmicas e elementos interconectados (Todeva, 2006). As redes de cooperação constituem, portanto, um fenômeno presente da teoria organizacional e, por isso, têm sido reiteradamente estudadas a partir de diferentes abordagens teóricas (Grandori & Soda, 1995). Tal interdisciplinaridade de contribuições também foi evidenciada por Oliver e Ebers (1998) e Brass, Galaskiewicz, Greve e Tsai (2004), ao apresentarem as principais correntes teóricas, utilizadas nas pesquisas, sobre redes de cooperação entre organizações, destacando-se: a economia industrial, a abordagem de dependência de recursos, a teoria de redes sociais, as teorias críticas, a teoria institucional, a teoria dos custos de transação e a abordagem de estratégias organizacionais.

A abordagem da **economia industrial** é utilizada nas pesquisas sobre redes para permitir que se entenda como os diferentes ganhos econômicos de produção – economias de escala, de escopo e de especialização – explicam a eficiência das redes. Por exemplo, o ganho de especialização tem sido indicado como relevante fator para explicar por que uma rede de empresas pode ser mais eficiente do que uma firma integrada (verticalizada) na produção de certo bem (Eccles, 1981). O ganho de escala tem papel relevante no acesso a recursos, na provisão conjunta de serviços ou no suporte de investimentos em P&D (Turati, 1990). Já o ganho de escopo pode ser a base de formação de acordos que visam à utilização colaborativa de equipamentos e *know-how* (Teece, 1980). A perspectiva da

economia industrial assume que as redes podem apresentar uma eficiência superior ao modelo tradicional da grande empresa verticalizada.

A teoria sobre **dependência de recursos** é outra abordagem utilizada nos estudos sobre redes de cooperação. Seu foco de interesse é entender o processo por meio do qual as organizações reduzem suas dependências ambientais, utilizando várias estratégias para aumentar seu próprio poder. Essa teoria distingue entre tipos de dependência de recursos, materiais ou imateriais, como possíveis determinantes na formação de redes. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho de Pfeffer e Salancik (1978), que revisa algumas das principais formas de redes de cooperação e outros tipos de redes sociais. Na ótica da dependência de recursos, as empresas organizam-se em redes, a fim de compartilhar ou acessar recursos escassos.

A teoria sobre **redes sociais (social networks)** é utilizada para estudar como os laços sociais entre os atores de determinada rede poderão afetar o desempenho da empresa. Em seu trabalho, Burt (1992) procurou especificar como diferentes posições dentro de uma rede de relacionamentos afetam as oportunidades dos atores. Por exemplo, o posicionamento de um ator na rede, representado pelo número de inter-relações com outros atores, poderá reforçar as relações de poder diante dos atores marginais da rede. Em outras contribuições, autores como Granovetter (1981) destacam que uma das questões clássicas da teoria social é como os comportamentos e as instituições são afetados pelas relações sociais. Este autor analisa, sobretudo, até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais no âmbito da moderna sociedade industrial (Granovetter, 2007).

As teorias **críticas** são utilizadas para entender, sob a ótica do poder e da dominação, como as relações são estabelecidas numa estrutura em rede. Para elas, a estratégia em rede não é justificada por nenhuma noção de eficiência ou efetividade, e sim pelo mecanismo de poder para a reprodução de elites e de classes dominantes (Whitt, 1980). A maior parte dos trabalhos nessa direção tem sido conduzida no campo da sociologia, como o trabalho de Perucci e Potter (1989). Segundo o debate dessas teorias, existe ampla manipulação, por parte de alguns atores, nas relações em redes. Essa manipulação ocorre especialmente nos casos em que existe visível assimetria de poder dos agentes que participam da rede.

A teoria **institucional** trata da dependência como do conceito central na configuração das redes; no entanto a dependência não é de recursos materiais, e sim de legitimação. Segundo esse enfoque, as organizações buscam ganhar legitimidade no momento de participar de uma rede. Esses estudos analisam os mecanismos institucionais pelos quais as relações interorganizacionais são iniciadas, negociadas, desenhadas, coordenadas, monitoradas, adaptadas e terminadas. Cabe destacar o trabalho de DiMaggio e Powell (1983) sobre os diversos tipos de inter-relações formais e informais como modo de evitar o isolamento e alcançar legitimidade no ambiente institucional. Pela ótica da teoria institucional, se uma empresa ingressa em rede composta por empresas renomadas, poderá obter como resultado indireto o reconhecimento de ser uma empresa idônea e operar com os padrões de qualidade dos demais parceiros.

As teorias sobre **estratégia** foram utilizadas para entender como a cooperação e as relações interorganizacionais podem gerar impacto na competitividade das empresas. As teorizações abordam, mais especificamente, o conceito de estratégia colaborativa e emergiram com maior vigor a partir da década de 80. Os estudos de Astley (1984) e de Astley e Fombrun (1983) foram fundamentais para consolidar este conceito no campo organizacional. A maior contribuição desses estudos está na compreensão de que as estratégias das empresas não precisam limitar-se aos relacionamentos competitivos no ambiente, havendo inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de ações colaborativas de curta e longa duração. A partir dessa idéia, a resposta ao determinismo ambiental da perspectiva de competição individual ocorre pela readequação do conceito de estratégia, em termos da mobilização coletiva de ações e de recursos orientados ao alcance de objetivos comuns entre parceiros empresariais, conforme tem sido argumentado em diversos trabalhos (Dyer & Singh, 1998; Gulati, Nohria, & Zaheer, 2000; Jarillo, 1993). Pela perspectiva da estratégia, a configuração em rede tem-se apresentado como eficiente meio para alcançar os objetivos coletivos das empresas associadas.

Essas abordagens teóricas ofereceram múltiplas contribuições aos estudos sobre redes de cooperação, colaborando para o seu melhor entendimento. Evidentemente, outras teorias, como a ecologia populacional, a teoria evolucionária e a teoria contingencial, entre outras, também fornecem elementos para a análise e conhecimento do fenômeno. A variedade das abordagens teóricas foi um dos ingredientes que ajudou a produzir explicações complementares e por vezes concorrentes no campo de estudos sobre redes de cooperação, pelo fato de adotarem diferentes paradigmas de leitura da realidade estudada. Isso explica, em parte, as diferentes definições e entendimentos do conceito de rede de cooperação, utilizados na economia, na sociologia, na administração e na ciência política.

Outro fator de complexidade no campo de estudos das redes refere-se ao nível de análise em que as redes podem ser estudadas. Brass *et al.* (2004) argumentam que uma rede de cooperação interorganizacional é composta de no mínimo três níveis: os indivíduos que fazem parte de grupos, os grupos que fazem parte de organizações e as organizações que fazem parte da rede. Logo, dependendo do foco de análise do pesquisador, os resultados e a compreensão da dinâmica da rede poderão ser diferentes. Já para Todeva (2006) o grau de complexidade poderá variar em função de três tipos de dimensões que normalmente são estudadas em uma rede: o ator, a relação (elo) e a rede como um todo. Oliver e Ebers (1998) destacam que muitos estudos apresentam outros três níveis como foco de análise: os antecedentes (motivações que levam a formação da rede), o processo (gestão e coordenação da rede) e os resultados (ganhos das redes). Diante dessa diversidade de olhares, cabe ressaltar que as várias abordagens teóricas e metodológicas que analisam as redes em suas características e níveis devem ser tratadas como salutares em face da complexidade do fenômeno, pois fortalecem a capacidade de compreensão e de consolidação desse tema no campo de estudos organizacionais.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliométrica e teve como base os procedimentos adotados por Oliver e Ebers (1998). Tal estudo analisou 158 artigos, publicados entre 1980 e 1996, em quatro das principais revistas científicas internacionais ligadas ao tema (*American Sociological Review*, *Administrative Science Quarterly*, *Academy of Management Journal* e *Organizations Studies*). Adotando-se os mesmos procedimentos para o contexto brasileiro, o trabalho foi realizado no decorrer do segundo semestre de 2007 e envolveu cinco etapas de desenvolvimento.

**1ª Etapa – Delimitação do escopo de análise.** Primeiramente foram definidas as publicações, em cujos artigos se faria a seleção. Para tanto elegeram-se os principais veículos de difusão científica na área de estudos organizacionais no Brasil. Optou-se em delimitar as publicações segundo a classificação da **Capes – Qualis, 2001-2003**, na área de **Administração, Ciências Contábeis e Turismo**. Tal critério resultou na escolha de cinco revistas: Revista de Administração [RAUSP], Revista de Administração de Empresas [ERA], Revista Organização e Sociedade [O&S], Revista de Administração Contemporânea [RAC] e Revista Eletrônica de Administração [REAd] – e uma publicação de evento (Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração [ENANPAD]). Para a delimitação do período histórico de análise, foram consideradas as publicações desde o ano 2000 ao ano 2006. Foi a partir desse período que se percebeu a emergência e o crescente interesse desse tema no campo de estudos organizacionais do Brasil.

**2ª Etapa – Seleção dos artigos.** Seguindo as orientações de Oliver e Ebers (1998), a seleção dos artigos para a análise bibliométrica foi realizada a partir da definição de palavras-chave que deveriam estar presentes no título ou no resumo do artigo. Considerando que o conceito de redes de cooperação interorganizacional é, muitas vezes, tratado por termos análogos, procedeu-se à definição de algumas palavras-chave para a seleção dos artigos, entre as quais: redes, cooperação, interorganizacional, interfirmas, alianças, parcerias, colaboração e consórcios. Essa pré-seleção com palavras-chave, realizada diretamente nas bases das publicações, resultou em uma pré-seleção de 143 artigos. Em uma fase seguinte, refinou-se a amostra, excluindo os artigos referentes a **redes interorganizacionais**, conforme critério de

Oliver e Ebers (1998). Essa etapa foi conduzida integralmente pelos pesquisadores e, no final, foram selecionados 132 artigos como amostra para os procedimentos de análise.

Cabe salientar que os critérios de escolha das revistas, bem como a delimitação das palavras-chave para selecionar os artigos, poderão provocar vieses nos resultados deste estudo. Tal fato também foi destacado por Oliver e Ebers (1998), devendo o leitor relativizar as evidências e estar ciente de que, caso as palavras-chave ou as publicações fossem outras, possivelmente os resultados da análise bibliométrica seriam influenciados.

**3ª Etapa – Instrumento de coleta dos dados.** O artigo de Oliver e Ebers (1998) traz uma tabela com 77 variáveis, subdivididas em sete dimensões, utilizadas no instrumento de análise dos artigos. Dessa forma, os artigos foram avaliados segundo o elenco seguinte.

- 1) A teoria utilizada para o estudo das redes: estratégia, dependência de recursos, redes sociais, institucional, custos de transação, organização industrial, contingencial, ecologia populacional, tomada de decisão, evolucionária, poder político, estruturalismo, trocas (*exchange theory*), agência, barganha (*bargaining theory*), marketing industrial e leis trabalhistas (*labour law*).
- 2) O método utilizado nas pesquisas sobre redes: empírico, transversal, qualitativo, quantitativo e longitudinal.
- 3) O tipo de laço relacional entre os atores: múltiplo, diádico, horizontal, vertical, social, contratual, político e proprietário.
- 4) O nível de análise: regional ou setorial, grupos de organizações, organização, institucional, grupos de indivíduos e individual.
- 5) Os antecedentes que levaram à formação da rede: acesso a recursos imateriais, acesso a recursos materiais, congruência de objetivos, existência prévia de confiança, posição já exercida por um ator na rede, dependência de recursos, restrições ou pressões do mercado, escassez de recursos, ação de exercer oportunismo sobre outros atores na rede, ação de mitigar conflito existente, busca de estabilidade, especificidade de ativos e densidade organizacional (proximidade geográfica).
- 6) O processo de funcionamento da rede: motivação e intenção (forma como os objetivos são perseguidos nas redes); aprendizado, seleção natural (influência de fatores ambientais); imitação (replicação de decisões entre os atores); e hábito (reprodução de padrões ou comportamentos).
- 7) Os resultados da cooperação em rede: aprendizagem, sucesso no alcance dos objetivos, inovação, aumento de confiança, redução de custo, estabilidade, poder (barganha), maior similaridade entre os atores, conflito, capacidade de difusão de um determinado fenômeno, legitimidade, participação política, tamanho, compromisso, retorno, maior centralidade, oportunismo, prevalência, persistência, melhor capacidade de decisão entre comprar ou produzir, ascensão, extinção e maior densidade.

No instrumento de pesquisa, essas variáveis foram colocadas em uma tabela e concebidas para assumir valor dicotômico, ou seja, o valor **1** para a existência no artigo e o valor **0** para a não-existência. Destaca-se ainda que mais de uma variável poderia ser escolhida para a mesma dimensão de análise, conforme características do artigo analisado. Nessa etapa, os pesquisadores conduziram a tradução do instrumento (do original em inglês para o português). De modo complementar ao instrumento original, foram incluídas duas novas variáveis: nome e afiliação institucional (universidade) dos autores no momento da publicação. Essas duas variáveis foram úteis para a identificação de grupos e instituições de pesquisa nos quais estão sendo conduzidas as pesquisas sobre redes no contexto brasileiro.

**4ª Etapa – Aplicação do instrumento de coleta de dados.** Foi aplicado o instrumento de coleta de dados na amostra de 132 artigos. Essa fase contou com a colaboração dos alunos de Mestrado em Administração que, após terem estudado em profundidade o artigo de Oliver e Ebers (1998) e tomado conhecimento dos critérios de análise, auxiliaram na aplicação do instrumento de coleta de dados na

amostra de artigos. Como procedimento final de validação da classificação dos artigos, foi realizado um seminário, em que cada um dos integrantes da equipe da pesquisa apresentou seus resultados e possíveis dúvidas, as quais foram esclarecidas em conjunto. No final, depois de aplicados todos os procedimentos concernentes a essa etapa, foram excluídos da amostra outros 16 artigos, por não se encaixarem no tema ou por apresentarem elevada ambiguidade em face das dimensões de análise. Como resultado, restaram 116 artigos válidos para serem processados na etapa seguinte da pesquisa.

**5ª Etapa – Análise dos resultados.** A principal característica da pesquisa realizada por Oliver e Ebers (1998) foi o tratamento dos dados por meio da análise de redes (*network analysis*). Assim, cada artigo foi considerado um ator dentro da **rede** de 116 artigos que constituem a amostra dos estudos sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. Para o tratamento dos dados, foram utilizados os *softwares* UCINET 6.171 e Netdraw 2.065. Esses recursos permitiram multiplicar a matriz original retangular (77 variáveis por 116 artigos) por sua transposição (116 artigos por 77 variáveis), resultando a matriz simétrica de 77 variáveis por 77 variáveis, denominada matriz de afiliação. O mesmo procedimento foi empregado para analisar a afiliação institucional dos autores das publicações. Novamente, uma matriz de afiliação de instituições foi gerada, a partir da matriz retangular original de 116 artigos, com 59 instituições nacionais e estrangeiras.

A análise de redes, efetuada nos artigos brasileiros, acompanhou o trabalho de Oliver e Ebers (1998), sendo calculadas a frequência e as medidas de centralidade para cada uma das 77 variáveis. Para determinar e comparar a centralidade dos conceitos abordados foram utilizadas duas medidas: a centralidade geodésica e a centralidade de intermediação.

A centralidade geodésica (*Eigenvector ou Bonacich Centrality*) permite identificar os atores mais centrais, em termos de estrutura geral da rede, na qual a centralidade de um ator é igual à soma das suas conexões com outros atores, ponderada pelo grau de centralidade desses outros atores (Bonacich, 1987). Quanto maior a centralidade geodésica de um ator, maior poder ele deterá, porque terá contato com atores distribuídos por toda a rede (Wasserman & Faust, 1994). A centralidade de intermediação (*Betweenness*), na qual se mede o grau em que a variável focada se situa como elo entre outras variáveis que não estão diretamente conectadas (Freeman, 1979). Tal medida indica que a interação dos atores não adjacentes pode depender de outros, potencialmente susceptíveis de ter algum controle sobre estas interações. Essas duas medidas indicam os conceitos que têm sido centrais na investigação de redes de cooperação interorganizacional e a capacidade que, por exemplo, uma teoria tem de conectar duas teorias.

Paralelamente, na análise das instituições às quais os autores dos artigos analisados estão afiliados, foi utilizada a centralidade de grau (*degree*), que aponta o número de laços diretos que uma das variáveis possui com as outras variáveis que formam a rede (Wasserman & Faust, 1994). Na pesquisa, essa análise foi necessária para identificar o número de artigos produzidos em colaboração entre autores de diferentes instituições.

## RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados analisados na pesquisa bibliométrica do campo de estudos em redes de cooperação interorganizacional no Brasil demonstram que, tal como ocorre no contexto internacional, há crescente interesse pelo tema no cenário brasileiro de estudos organizacionais. A partir da análise dos dados, foi possível identificar o estabelecimento de um debate acadêmico permanente sobre o papel das redes de cooperação no desenvolvimento das organizações e da sociedade. De forma recorrente, as revistas e os eventos científicos na área da administração têm publicado trabalhos que abordam o fenômeno, incentivando a curiosidade dos leitores e promovendo a aproximação de outros pesquisadores. Na próxima seção será analisada a dimensão do campo de estudos sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil, além de um paralelo com o trabalho de Oliver e Ebers (1998) que, para fins de comparação nesta pesquisa, será definido como o **contexto internacional** de estudos sobre redes.



## Compreendendo o Campo de Estudos sobre Redes Interorganizacionais no Brasil

Uma primeira categoria de análise dos resultados (Tabela 1) visa a ressaltar as principais teorias orientadoras dos estudos sobre redes de cooperação no Brasil. Nesse aspecto, os resultados estão alinhados com o contexto da pesquisa internacional. Dentre as cinco teorias utilizadas com maior frequência, quatro foram igualmente identificadas no trabalho de Oliver e Ebers (1998): estratégia; dependência de recursos, redes sociais e teoria institucional. No entanto destaca-se a marcante presença da teoria de estratégia na amostragem dos artigos brasileiros. Essa teoria teve 47,41% de frequência nos artigos analisados, enquanto no estudo de Oliver e Ebers (1998) esteve presente em 15,8% dos artigos.

Algo que chama a atenção é a elevada frequência da abordagem sobre estratégia nos estudos brasileiros. Ao analisar as publicações, observa-se uma tendência dos estudos em compreender as redes mais como estratégia das organizações para competirem do que, propriamente, como características inerentes a esse novo fenômeno. Ao tratar das redes como de estratégia, ou meio, para a empresa alcançar seus fins, muitos estudos se apropriam de alguns conceitos clássicos do campo da estratégia, associados, sobretudo, à competitividade e ao desempenho organizacional. Por outro lado, os resultados da pesquisa internacional identificaram que os artigos buscavam, principalmente, o entendimento de aspectos sociais e organizacionais da nova configuração formada pela rede.

Tabela 1

### Frequência das Variáveis na Amostra de Artigos Analisada

<b>TEORIAS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>ANTECEDENTES</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Estratégia	55	47,41%	Recursos imateriais	45	38,79%
Dependência de recursos	35	30,17%	Congruência de objetivos	44	37,93%
Redes sociais	33	28,45%	Recursos materiais	34	29,31%
Institucional	32	27,59%	Confiança	24	20,69%
Custos de transação	32	27,59%	Posição na rede	23	19,83%
Organização industrial	21	18,10%	Dependência	21	18,10%
Contingencial	12	10,34%	Pressões do mercado	18	15,52%
Ecologia populacional	11	9,48%	Escassez de recursos	15	12,93%
Tomada de decisão	10	8,62%	Oportunismo	15	12,93%
Evolucionária	9	7,76%	Conflito	14	12,07%
Poder político	8	6,90%	Estabilidade	6	5,17%
Estruturalismo	8	6,90%	Especificidade de ativos	6	5,17%
Trocas	7	6,03%	Densidade organizacional	5	4,31%
Agência	7	6,03%			
Barganha	6	5,17%	<b>PROCESSOS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Marketing industrial	3	2,59%	Motivação e intenção	70	60,34%
Leis trabalhistas	1	0,86%	Aprendizado	46	39,66%
			Seleção	14	12,07%
			Imitação	14	12,07%
			Hábito	4	3,45%

Continua

**Tabela 1 (continuação)**

<b>LAÇO RELACIONAL</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Múltiplo	35	42,20%	Aprendizagem	54	46,55%
Horizontal	26	31,30%	Sucesso	50	43,10%
Social	21	25,30%	Inovação	44	37,93%
Diádico	15	18,10%	Confiança	30	25,86%
Vertical	15	18,10%	Custo/preço	25	21,55%
Contratual	14	16,90%	Estabilidade	17	14,66%
Político	13	15,70%	Poder/controlado	15	12,93%
Proprietário	5	6,00%	Similaridade	11	9,48%
			Conflito	11	9,48%
			Difusão	10	8,62%
<b>MÉTODO</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	Legitimidade	10	8,62%
Empírico	92	79,31%	Participação política	9	7,76%
Transversal	88	75,86%	Tamanho	9	7,76%
Qualitativo	69	59,48%	Comprometimento	8	6,90%
Quantitativo	27	23,28%	Receita	8	6,90%
Longitudinal	5	4,31%	Centralidade	8	6,90%
			Oportunismo	8	6,90%
			Prevalência	4	3,45%
<b>NÍVEL DE ANÁLISE</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	Persistência	4	3,45%
Grupos de organizações	62	53,45%	Produzir ou comprar	4	3,45%
Organizacional	40	34,48%	Ascensão	3	2,59%
Regional ou setorial	25	21,55%	Extinção	2	1,72%
Institucional	10	8,62%	Densidade	2	1,72%
Grupos de indivíduos	9	7,76%			
Individual	6	5,17%			

No entanto deve-se considerar que nas quatro revistas selecionadas por Oliver e Ebers (1998) encontra-se a *American Sociological Review* e a *Organizations Studies*, que utilizam abordagens mais voltadas aos aspectos sociais e organizacionais, como, por exemplo, redes sociais, poder político, teoria institucional, entre outros conceitos ligados à governança. Tal fato promove um possível viés em relação aos resultados encontrados nos estudos brasileiros, selecionados a partir de periódicos e eventos voltados mais à área da Administração.

Referente ao tipo de laço relacional entre as organizações que estiverem no foco das pesquisas brasileiras, observa-se que a maioria dos estudos enfoca os laços múltiplos em proporção maior do que os laços diádicos. Outro resultado relevante é que as pesquisas no Brasil focalizam mais intensamente as redes horizontais, formadas por organizações de um mesmo elo da cadeia produtiva, do que as redes verticais, que agrupam organizações em diferentes posições na cadeia. Uma explicação para esse achado é o surgimento de grande número de redes associativas de pequenas e médias empresas na região sul Brasil, que acabaram transformando-se em objeto de estudo pelas instituições acadêmicas locais (Balestrin & Verschoore, 2008).

Quanto ao nível de análise, há outro significativo contraste entre as pesquisas brasileiras e internacionais. No Brasil, mais da metade dos trabalhos analisados estudam as questões ligadas ao grupo de organizações, ou seja, a rede de cooperação em si. Os artigos da amostra de Oliver e Ebers (1998), por sua vez, abordaram sobretudo as questões relativas à organização que está associada à rede. No caso brasileiro, a explicação para o foco no estudo da rede em si pode estar associado ao fato de o fenômeno das redes ser recente, o que leva o pesquisador a buscar o entendimento inicial quanto aos antecedentes, aos processos e aos resultados da existência da rede; só após, ele busca o entendimento dos ganhos alcançados pelas empresas associadas.

Em relação aos antecedentes que levaram à formação das redes de cooperação interorganizacional, estudadas no Brasil, há evidente predominância da necessidade de acesso a recursos materiais e imateriais, além da congruência de objetivos. Paralelamente, **motivação e intenção** foi a variável de processo mais estudada pelos pesquisadores brasileiros. Essa evidência indica que 60,34% dos estudos que focaram o entendimento do processo de funcionamento das redes buscaram a compreensão das motivações e intenções de decisões e ações de seus atores na busca dos objetivos coletivos. Em ambos os casos, antecedentes e processo, há consonância com os resultados encontrados no contexto internacional. Em tal estudo, os recursos materiais e imateriais também estavam entre os principais antecedentes, como, no Brasil, a mesma variável de processo apareceu em 60% dos trabalhos analisados.

O mesmo alinhamento não ocorre em relação às dimensões referentes ao método de pesquisa adotado e aos resultados obtidos pelas redes. De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, o contexto brasileiro caracteriza-se por estudos empíricos predominantemente qualitativos (59,48%), fato que leva os estudos quantitativos a ocuparem uma parcela reduzida da amostra (23,28%). Nas publicações internacionais, analisadas por Oliver e Ebers (1998), observa-se uma relação inversa, isto é, os estudos quantitativos representam 74,7% da amostra e os qualitativos apenas 29,7%.

O elevado índice de estudos qualitativos no Brasil, somado ao pequeno número de estudos longitudinais (4,31%), pode ser resultado, pelo menos, de dois fatores: (1) a maioria das publicações está associada à pesquisa exploratória, podendo indicar que os estudos sobre o tema, no contexto brasileiro, se encontram ainda incipientes, principalmente ao serem comparados com as pesquisas internacionais, que surgiram com forte interesse ainda no final da década de 80; (2) seguir uma tendência dos estudos organizacionais brasileiros, conforme Rodrigues e Carrieri (2001) aproximadamente 70% das publicações na década de 90 correspondem a estudos qualitativos, salientando: “assim como os franceses ... os brasileiros também preferem as metodologias qualitativas” (Rodrigues & Carrieri, 2001, p. 93).

No que se refere à dimensão dos resultados, há clara predominância das variáveis aprendizagem, sucesso e inovação. Quase metade dos estudos analisou os ganhos de aprendizagem e cerca de 38% deles analisaram os ganhos relacionados à inovação. Considerando que essas duas variáveis juntas obtiveram uma frequência não superior a 19% na amostra de Oliver e Ebers (1998), sugerem-se, no mínimo, três possíveis explicações para tamanha diferença entre os dois estudos: (1) devido ao viés provocado pela amostra de Oliver e Ebers (1998), uma das quatro revistas analisadas está mais voltada a questões sociológicas das redes; (2) devido à diferença histórica entre as amostras de artigos, no caso brasileiro, superior em dez anos à amostragem do contexto internacional, pode ter ocorrido maior preocupação, na última década, com os temas de inovação e de aprendizagem no contexto das redes; (3) devido à possível tendência dos pesquisadores brasileiros em dar maior ênfase à análise de resultados como inovação, aprendizagem e sucesso nas redes, em detrimento de questões ligadas ao poder e ao conflito, com vistas a uma análise mais crítica dos resultados das redes de cooperação interorganizacional.

## **Aspectos Relacionais das Teorias, dos Antecedentes e dos Resultados**

Uma segunda categoria de análise dos resultados englobou a identificação dos graus de centralidade entre as teorias utilizadas para os estudos sobre redes de cooperação. Para tanto gerou-se uma matriz com as 17 abordagens teóricas. O objetivo da matriz foi identificar que teorias são mais ou menos centrais no campo de estudos brasileiros, bem como de que forma as diversas teorias estão

relacionadas umas às outras. A Tabela 2 apresenta os valores de frequência e de centralidade para cada uma das 17 teorias, ordenando-as de acordo com a sua centralidade geodésica.

Tabela 2

### Frequência, Centralidade Geodésica e Centralidade de Intermediação das Teorias

TEORIAS	Frequência	Centralidade Geodésica	Centralidade de Intermediação
Estratégia	47,41%	0,615	6,643
Dependência de recursos	30,17%	0,413	6,643
Custo de transação	27,59%	0,353	5,626
Redes sociais	28,45%	0,339	7,257
Institucional	27,59%	0,313	3,560
Organização industrial	18,10%	0,222	4,967
Contingencial	10,34%	0,133	1,752
Ecologia populacional	9,48%	0,110	2,254
Evolucionária	7,76%	0,093	1,414
Tomada de decisão	8,62%	0,076	1,085
Agência	6,03%	0,074	0,286
Barganha	5,17%	0,065	0,000
Troca	6,03%	0,062	0,292
Estruturalismo	6,90%	0,061	1,621
Poder político	6,90%	0,054	0,236
Lei trabalhista	0,89%	0,016	0,000
Marketing industrial	2,59%	0,012	0,365

Observa-se que as cinco teorias mais frequentes nos estudos são também as mais centrais em termos geodésicos, apresentando-se na seguinte ordem: estratégia, dependência de recursos, custos de transação, redes sociais e institucional. No caso do estudo de Oliver e Ebers (1998), três teorias empregadas com maior frequência foram também as mais centrais na seguinte ordem: dependência de recursos, redes sociais e poder político. Ressalta-se que a teoria de poder político apresentou menor relevância no contexto brasileiro, ficando em décima quinta posição, em termos de centralidade geodésica.

Em relação à centralidade de intermediação das teorias, isto é, o grau em que a teoria empregada se situa como elo entre outras teorias que não estão diretamente conectadas entre si, os resultados demonstram as características distintivas do contexto brasileiro. Neste, redes sociais é a teoria que possui o grau mais elevado de centralidade de intermediação (7,257), demonstrando a maior capacidade aglutinadora entre as diversas linhas teóricas. O mesmo não ocorre no contexto internacional, no qual a teoria de redes sociais possui alta centralidade geodésica, mas baixa capacidade de articulação entre teorias não-conectadas, demonstrando um dos menores graus de centralidade de intermediação (1,76).

No contexto brasileiro, alguns pontos de análise chamam a atenção. Por exemplo, a teoria institucional é empregada tão frequentemente quanto a teoria de custos de transação; porém a análise dos resultados mostrou que suas conexões com outras teorias não têm a mesma força, ou seja, observou-se que a teoria dos custos de transação demonstrou maior capacidade de intermediar ou conectar outras teorias nas pesquisas sobre redes interorganizacionais.

Uma terceira categoria de análise nesta pesquisa procurou identificar se os graus de centralidade seriam alterados, se fossem analisados simultaneamente as seguintes dimensões: teorias, antecedentes e resultados

obtidos pelas redes. A Tabela 3 apresenta os resultados dessa análise, apresentando os graus de centralidade geodésica e de intermediação dessas dimensões. Conforme as evidências, pode-se afirmar que, no contexto brasileiro, a predominância das cinco teorias mais centrais permaneceu inalterada. Tais resultados estão alinhados com o estudo de Oliver e Ebers (1998), no qual as quatro principais teorias, analisadas individualmente, não se alteram em face da análise integrada com antecedentes e resultados.

A Tabela 3 permite a análise da centralidade geodésica dos antecedentes e dos resultados das redes. Em termos de antecedentes, identificou-se a maior centralidade da congruência de objetivos, ou seja, confirmam-se os postulados de que os objetivos comuns são os motivadores centrais da formação de redes de cooperação (Castells, 1999; Brass *et al.*, 2004). Quanto aos resultados obtidos pelas redes, a tríade composta por sucesso, aprendizagem e inovação se destaca amplamente na análise do grau de centralidade, demonstrando que, além de indicarem maior frequência, também são os mais centrais entre o conjunto dos ganhos proporcionados pelas redes.

Tabela 3

### Centralidade Geodésica e de Intermediação para Teorias, Antecedentes e Resultados

TEORIAS	Centralidade Geodésica	Centralidade de Intermediação	RESULTADOS	Centralidade Geodésica	Centralidade de Intermediação
Estratégia	0,317	24,293	Aprendizagem	0,332	19,771
Dep. de recursos	0,234	12,065	Sucesso	0,323	27,038
Custo transação	0,201	12,834	Inovação	0,264	17,648
Redes sociais	0,199	15,304	Confiança	0,197	9,670
Institucional	0,191	15,582	Custo/preço	0,159	7,863
Org. Industrial	0,118	15,713	Estabilidade	0,115	8,301
Contingência	0,076	4,067	Poder/ controle	0,070	5,972
Ecologia populacional	0,064	8,421	Comprometimento	0,066	4,972
Evolucionária	0,053	7,578	Difusão	0,063	4,393
Trocas	0,050	1,631	Conflito	0,063	5,235
Tomada de decisão	0,049	8,443	Similaridade	0,058	5,790
Agência	0,044	2,175	Tamanho	0,051	9,741
Poder político	0,033	1,931	Receita	0,046	2,931
Estruturalismo	0,033	3,498	Legitimidade	0,045	3,284
Barganha	0,033	0,819	Partic. política	0,043	3,486
Mkt. Industrial	0,012	0,558	Centralidade	0,041	7,120
Leis trabalhistas	0,008	0,000	Oportunismo	0,040	3,025
<b>ANTECEDENTES</b>			Persistência	0,027	1,010
Congruência de objetivos	0,282	19,207	Prevalência	0,019	0,138
Rec. Imateriais	0,281	8,796	Produzir ou comprar	0,015	0,489
Rec. materiais	0,224	15,071	Ascensão	0,013	0,749
Confiança	0,145	9,763	Densidade	0,010	0,073
Posição na rede	0,127	11,460	Extinção	0,009	0,173
Dependência	0,120	15,877			
Contração de mercado	0,114	11,523			
Recursos	0,109	9,331	Média	0,102	7,736
Oportunismo	0,074	11,460	Desvio padrão	0,092	6,503
Conflito	0,066	7,506	Índice de centralidade	38,40%	26,35%
Estabilidade	0,040	1,474			
Densidade	0,028	3,113			
Especificidade de ativos	0,027	2,304			

Uma quarta categoria de análise procurou verificar as alterações na centralidade de intermediação, ao analisar simultaneamente as teorias, os antecedentes e os resultados. A Tabela 3 apresenta os graus da centralidade de intermediação desses três níveis conjuntamente. As evidências indicam ocorrerem alterações de posições em relação à frequência e à centralidade de intermediação, mesmo que a variável estratégica se mantenha como teoria central.

Nesse ponto, novamente há consonância com os resultados obtidos pela pesquisa de Oliver e Ebers (1998), visto que, no contexto internacional, as teorias ecologia populacional e custos de transação, geodesicamente pouco centrais, assumiram os dois principais postos, em termos de centralidade de intermediação. No contexto brasileiro, os resultados demonstraram que as teorias de organização industrial e institucional, quando analisadas em conjunto com antecedentes e resultados, assumem papel central na intermediação entre teorias não-conectadas. Uma explicação para o elevado grau de centralidade de intermediação dessas teorias é a existência de uma série de estudos sobre redes e relações de cooperação em distritos industriais e arranjos produtivos locais.

Os dados apresentados na Tabela 3 também possibilitam analisar a centralidade de intermediação dos antecedentes e dos resultados das redes. Nesse aspecto, pode-se observar que nos estudos brasileiros a variável de resultado **sucesso** possui o maior grau de centralidade de intermediação (27,038). Essa evidência está demonstrando que o sucesso, representado pela capacidade de a rede alcançar seus objetivos, não foi somente estudado de forma individual, mas também esteve presente, com forte poder de intermediação, em boa parte das pesquisas que estudaram os demais resultados das redes interorganizacionais. Já no que se refere às pesquisas dos antecedentes, que levaram a formação de redes, os dados da Tabela 3 indicam que a congruência de objetivos, ou seja, a existência de objetivos comuns entre os diversos atores foi a variável com maior centralidade de intermediação (19,207). Dessa forma, pode-se inferir que a congruência de objetivos, além de aparecer nas pesquisas com elevada frequência, também demonstrou elevado nível de conexão com os demais antecedentes da formação de redes.

Os resultados alcançados na análise dos artigos podem estar associados às diversas configurações que os grupos de pesquisa sobre redes interorganizacionais estabelecem no Brasil. Assim, será apresentado, a seguir, uma síntese da configuração relacional das instituições em que a produção científica brasileira sobre o tema vem sendo desenvolvida.

### **Configuração Institucional das Publicações sobre Redes de Cooperação no Brasil**

No contexto da presente pesquisa, procurou-se inicialmente analisar a distribuição geográfica das publicações sobre redes de cooperação interorganizacional no contexto brasileiro, com vistas a identificar as instituições de origem dos autores no momento da publicação de seus artigos. Os resultados indicaram que um total de 274 autores, de 59 instituições, pertencentes a 13 Estados brasileiros, além de instituições de Portugal, França, Espanha e Estados Unidos, foram responsáveis pelas 116 publicações analisadas. Os resultados sinalizam um razoável nível de distribuição das pesquisas sobre o tema, ou seja, não se trata de fenômeno de interesse isolado no âmbito dos estudos organizacionais. Os resultados indicam que as instituições UFRGS, UNISINOS, UFBA, UFSM, UFRJ e USP tiveram destaque nos aspectos quantitativos das publicações (Tabela 4).

Tabela 4

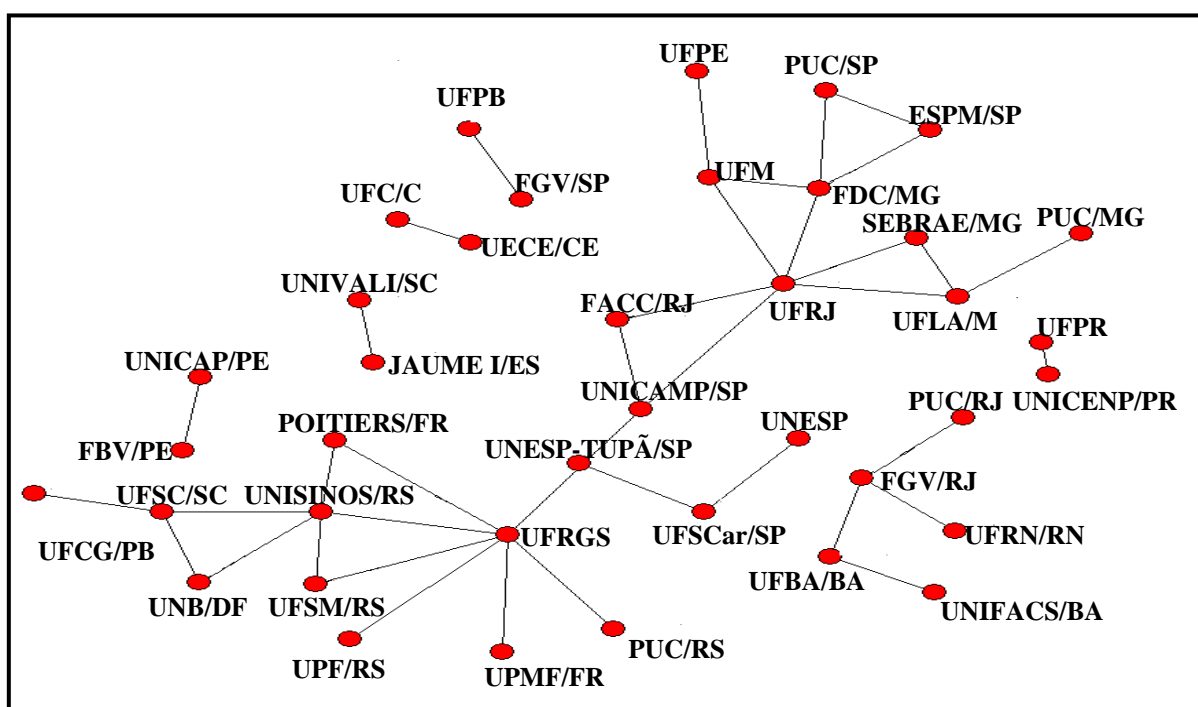
**Instituições, Frequências, Centralidades de Grau e Geodésica das Publicações**

<b>Instituições</b>	<b>Frequência</b>	<b>Centr. de grau</b>	<b>Centr. geodésica</b>	<b>Instituições</b>	<b>Frequência</b>	<b>Centr. de grau</b>	<b>Centr. geodésica</b>
UFRGS	41	12,069	67,004	UNICENP/PR	2	1,724	0,000
UNISINOS	28	8,621	55,296	UNIFACS/BA	2	1,724	0,000
UFBA	11	3,448	0,000	UNIFOR/CE	2	0,000	0,000
UFSM/RS	11	3,448	35,956	UPF/RS	2	1,724	19,699
UFRJ	10	10,345	48,118	UPMF/FR	2	1,724	19,699
USP/SP	10	0,000	0,000	ENESP/SP	2	1,724	0,000
FGV/RJ	9	5,172	0,000	UFC/CE	2	1,724	0,000
PUC/RJ	9	1,724	0,000	PUC/PR	2	0,000	0,000
UFMG	8	5,172	24,595	PUC/RS	2	1,724	19,699
POITIER/FR	8	3,448	35,956	UFPB	2	1,724	0,000
UFPR	7	1,724	0,000	FBV/PE	2	1,724	0,000
UNICAMP/SP	7	5,172	41,600	UFRN	2	1,724	0,000
FDC/MG	7	6,897	28,309	USP - RP/SP	2	0,000	0,000
UFLA/MG	7	5,172	22,131	UEM/PR	1	0,000	0,000
UNB/DF	5	3,448	23,734	FIC/CE	1	0,000	0,000
ESPM/SP	5	3,448	11,789	UEM-UEL/SP	1	0,000	0,000
PUC/SP	5	3,448	11,789	IBMEC/SP	1	0,000	0,000
UFSC	4	5,172	25,433	IESAM/AM	1	1,724	0,000
UFSCar/SP	4	3,448	0,000	FUMEC/MG	1	0,000	0,000
UNIVALE/SC	4	1,724	0,000	UFRN	1	0,000	0,000
JAUME I/ES	4	1,724	0,000	UFU/MG	1	0,000	0,000
PUC/MG	4	1,724	6,507	UFV/MG	1	0,000	0,000
UFPE	4	1,724	7,231	UM/POR	1	0,000	0,000
FGV-SP	4	1,724	0,000	UNESA/RJ	1	0,000	0,000
FACC/RJ	3	3,448	26,377	UNIMEP/SP	1	0,000	0,000
UFCG/PB	3	1,724	7,477	UNINOVE/SP	1	0,000	0,000
SEBRAE/MG	3	3,448	20,653	MACKENZIE/SP	1	0,000	0,000
UECE/CE	3	1,724	0,000	MICHIGAN/ EUA	1	0,000	0,000
UNESP-TUPÃ/SP	2	1,724	0,000	NOTRE DAME/EUA	1	0,000	0,000
UNICAP/PE	2	1,724	0,000	-	-	-	-

Uma das explicações pela expressiva liderança da UFRGS pode residir no fato de que, no ano 2000, ter sido constituído, no Programa de Pós-Graduação em Administração, um grupo de mestrandos, doutorandos e professores com interesse no estudo das redes de cooperação empresariais. O grupo, informalmente constituído, implementou uma série de pesquisas, sob diferentes abordagens teóricas, buscando melhor compreensão do fenômeno organizacional das redes na economia gaúcha. Além de

artigos em eventos e periódicos, o grupo organizou uma coletânea de casos, publicada no livro ‘Redes de Cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul’, editado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul [FEE], em 2004.

Na análise institucional, objetivou-se identificar o nível relacional entre os autores das instituições, identificando, assim, possíveis laços relacionais que unem duas ou mais instituições nas publicações, bem como o nível de centralidade dessas instituições nos estudos sobre redes de cooperação. Para isso gerou-se uma matriz dos 116 artigos com as 59 instituições. Para tal análise, foram consideradas somente 39 instituições, por apresentarem artigos publicados em conjunto com uma ou mais instituições. Nesse aspecto, salienta-se que algumas instituições, como a USP, por exemplo, mesmo tendo apresentado elevado volume de publicações, não aparecem no mapa relacional (Figura 1) devido ao fato de não constar nenhum autor pertencente a outras instituições nos artigos publicados.



**Figura 1.** Mapa Relacional das Instituições

Observa-se que três instituições apresentaram grau de centralidade elevado, entre elas a UFRGS (12,069), a UFRJ (10,345) e a UNISINOS (8,621). Isso indica que as publicações dessas instituições são, em sua maioria, realizadas em conjunto com autores de outras instituições. Cabe salientar que, pela diversidade de relações estabelecidas, a UFRJ, por exemplo, com seus 10 artigos publicados, apresente maior grau de centralidade em comparação com a UNISINOS, que publicou um total de 28 artigos. Tal resultado pode ser devido ao fato de estar alocado na UFRJ o grupo de estudos REDESIST, um núcleo de pesquisas sobre relações de cooperação em arranjos produtivos, que reúne pesquisadores de diversas instituições.

Outro resultado relevante é o volume de publicações associadas a três universidades gaúchas (UFRGS, UNISINOS e UFSM). Uma inferência para esse resultado é o fato de elas estarem engajadas, desde o ano 2000, no desenvolvimento do Programa Redes de Cooperação, fruto de uma política pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que atualmente conta com mais de 200 redes de cooperação formadas. A parceria dessas instituições no desenvolvimento do Programa, associada à existência de volume e variedade de casos empíricos, proporcionou um campo de pesquisa distinto, que chamou a atenção dos pesquisadores, mestrandos e doutorandos para a realização de uma série de estudos com o foco no fenômeno das redes de cooperação entre organizações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados dessa análise bibliométrica, foi possível identificar que, entre o ano 2000 até 2006, mais de uma centena de trabalhos sobre redes de cooperação interorganizacional foi publicada no Brasil. A pesquisa levou em consideração somente os anais do ENANPAD e outras seis das principais revistas científicas na área de administração. Se fossem considerados outros eventos e revistas científicas em áreas como a Sociologia e Economia, esse número seria ainda maior. Os resultados sinalizam a preocupação da comunidade acadêmica brasileira para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a temática das redes de cooperação, fortalecendo e difundindo novos conceitos para o aprofundamento das teorias de gestão e, sobretudo, para melhor formação dos administradores e aprimoramento das práticas de gestão organizacional.

Mais especificamente, em relação aos resultados da análise dos artigos, é possível chegar às seguintes conclusões para os estudos sobre redes de cooperação interorganizacional no contexto brasileiro: (1) as teorias de estratégia, dependência de recursos, redes sociais e institucional formam uma base conceitual predominante na orientação dos estudos; (2) as pesquisas são conduzidas, em sua grande maioria, por abordagens qualitativas e transversais; (3) as redes horizontais (simétricas), formadas por múltiplas organizações de um mesmo elo da cadeia produtiva, são o principal interesse das pesquisas; (4) os antecedentes que levaram a formação das redes de cooperação com maior destaque nos estudos foram a necessidade de acesso a recursos materiais e imateriais, além da congruência de objetivos; (5) a aprendizagem, o sucesso e a inovação foram os resultados ou ganhos proporcionados pelas redes de cooperação com maior interesse nos estudos brasileiros; (6) as teorias de estratégia, dependência de recursos, custos de transação, redes sociais e institucional foram as mais centrais (centralidade geodésica) nos estudos; (7) a teoria de redes sociais demonstrou forte capacidade aglutinadora entre as diversas perspectivas teóricas, apresentando o mais elevado grau de centralidade de intermediação; (8) as instituições UFRGS, UNISINOS, UFBA, UFSM, UFRJ e USP tiveram destaque nos aspectos quantitativos de publicações, em face de outras 59 instituições que também publicaram sobre o tema; (9) as instituições UFRGS, UFRJ e UNISINOS apresentaram elevada centralidade, indicando que as publicações dessas instituições são, em sua maioria, realizadas em conjunto com autores de outras universidades.

Destaca-se que os resultados e as conclusões não devem ser tomados como absolutos, pois existiram certas limitações no contexto da pesquisa. A primeira limitação refere-se ao viés das publicações escolhidas para a seleção dos artigos, conforme já mencionado: se a seleção tivesse incluído outras revistas e eventos científicos, os resultados poderiam ser alterados. A segunda envolve a dificuldade dos pesquisadores no momento da avaliação e da classificação dos artigos, uma vez que, mesmo utilizando elevado rigor metodológico, sabe-se que tal limitação está presente em pesquisas dessa natureza.

Por fim, deve-se ressaltar que as pesquisas sobre redes de cooperação interorganizacional estão em crescente importância na pauta dos estudos organizacionais brasileiros, o que pode decorrer de dois fatores: o primeiro é a sintonia da comunidade acadêmica brasileira com as teorizações contemporâneas sobre estudos organizacionais, entendendo-se que ela é altamente afetada pela dinâmica de relações colaborativas e relacionais que a empresa venha a estabelecer; o segundo é a expressiva dimensão econômica e social que a formação de redes de empresas vem apresentando no Brasil, em especial para o fortalecimento e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Tais considerações devem servir de estímulo aos interessados no tema, em sua busca constante da compreensão do fenômeno das redes de cooperação, e contribuir para a ampliação do escopo dos estudos organizacionais no contexto brasileiro.

**Artigo recebido em 01.05.2008. Aprovado em 03.07.2009.**

## REFERÊNCIAS

- Academy of Management Journal*. (2004). 47(6).
- Anderson, C. (2006). *A cauda longa. Do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Campus.
- Astley, G. W. (1984). Toward an appreciation of collective strategy. *Academy of Management Review*, 9(3), 526-535.
- Astley, G. W., & Fombrun, C. J. (1983). Collective strategy: social ecology of organizational environments. *Academy of Management Review*, 8(4), 576-587.
- Balestrin, A., & Verschoore, J. (2008). *Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia*. Porto Alegre: Bookman.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks. How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Benkler, Y. (2007). *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Bertero, C. O. (Ed.). (2006). *Revista de Administração de Empresas*, 46(3).
- Bonachich, P. (1987). Power and centrality: a family of measures. *The American Journal of Sociology*, 92(1), 1170-1182.
- Brass, D., Galaskiewicz, J., Greve, H., & Tsai, W. (2004). Taking stock of networks and organizations: a multilevel perspective. *Academy of Management Journal*, 47(6), 795-817.
- Burt, R. S. (1992). *Structural holes*. Cambridge: Harvard University Press.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160
- Dyer, J., & Singh, H. (1998). The relational view: cooperative strategy and sources of interorganizational competitive advantage. *Academy of Management Review*, 23(4), 660-679.
- Eccles, R. G. (1981). The quasi firm in the construction industry. *Journal of Economic Behavior and Organizations*, 2(4), 335-357.
- Freeman, L. C. (1979). Centrality in social networks: conceptual clarification. *Social Networks*, 1(3), 215-239.
- Friedman, T. L. (2005). *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Gladwell, M. (2002). *O ponto de desequilíbrio. Como pequenas coisas podem fazer uma grande diferença*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Grandori, A., & Soda, G. (1995). Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*, 16(2), 183-214.
- Granovetter, M. (1981). Toward a sociological theory of income differences. In I. Berg (Ed.). *Sociological Perspectives on Labor Markets* (pp. 11-47). New York: Academic Press.

- Granovetter, M. (2007). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, 6(1). Recuperado em 4 novembro, 2009, de <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>
- Gulati, R., Nohria, N., & Zaheer, A. (2000). Strategic networks. *Strategic Management Journal*, 21(3), 203-215.
- Jarillo, C. (1993). *Strategic networks*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Miles, R. E., & Snow, C. C. (1986). Organizations: new concepts for new forms. *California Management Review*, 28(3), 62-73.
- Nohria, N., & Eccles, R. G. (1992). *Networks and organizations: structure, form, and action*. Cambridge: Harvard University Press.
- Oliver, A. L., & Ebers, M. (1998). Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. *Organization Studies*, 19(4), 549-583.
- Organization Studies*. (1998). 19(4).
- Perucci, R., & Potter, H. R. (1989). *Networks of power*. Berlin: de Gruyter.
- Pfeffer, J., & Salancik, G. R. (1978). *The external control of organizations: a resource dependence perspective*. New York: Harper e Row.
- Post, T. (Ed.) (2007, April 19). *Forbes special report: networks*. Recuperado em 5 dezembro, 2009, de [http://www.forbes.com/2007/04/18/breakthroughs-community-technologytech-cz\\_tp\\_07networks\\_0419networks\\_land.html](http://www.forbes.com/2007/04/18/breakthroughs-community-technologytech-cz_tp_07networks_0419networks_land.html)
- Prahalad, C. K., & Ramaswamy, V. (2004). *O futuro da competição: como desenvolver diferenciais inovadores em parcerias com clientes*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rodrigues, S. B., & Carrieri, A. P. de (2001). A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(Edição Especial), 81-102.
- Surowiecki, J. (2006). *A sabedoria das multidões*. Rio de Janeiro: Record.
- Tapscott, D., & Williams, A. D. (2007). *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Teece, D. J. (1980). Economies of scope and the scope of enterprise. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 1(3), 223-247.
- Thompson, G. F. (2003). *Between hierarchies and markets: the logics and limits of network forms of organization*. Oxford: Oxford University Press.
- Todeva, E. (2006). *Business networks. Strategy and structure*. London: Routledge.
- Turati, C. (1990). *Economia ed organizzazione delle joint-ventures*. Milan: EGEA.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Whitt, A. (1980). Can capitalists organize themselves? In G. W. Domhoff (Ed.), *Power structure research* (pp. 97-113). Beverly Hills, CA: Sage.